

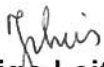
**Ata da Décima Sétima Reunião da Câmara  
Estadual de Compensação Ambiental da  
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável do Amazonas  
(CECA/SDS).**

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, na Sala de Treinamento do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), com início às quatorze horas e trinta minutos e término às dezesseis horas e vinte minutos, realizou-se a Décima Sétima Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS). A reunião teve como pauta: a) definição da estratégia para regulamentação da Compensação Ambiental no Amazonas - artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC; b) destinação e repartição dos recursos da Compensação Ambiental do Empreendimento Linha de Transmissão Oriximiná – Silves – Eng. Lechuma – Manaus, Linhão de Tucuruí Lote “c” (Processo de Compensação Ambiental nº. 02001.004856/2011-31 - IBAMA) -- Decisão do Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF/IBAMA; c) situação da fixação e cobrança da compensação ambiental para os processos dos empreendimentos encaminhados para análise do IPAAM; e, d) indicação dos membros para compor o Colegiado da CECA em 2013. O Prof. José Adailton Alves, Presidente da CECA, realizou a abertura dos trabalhos, dando boas vindas aos membros e informando sobre os esforços até então efetuados para regulamentação da Compensação Ambiental no Amazonas e do êxito alcançado no Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil, realizado nos dias 25 e 26 de outubro de 2012. Em seguida, expôs para discussão o primeiro ponto de pauta, que tratou da adoção de estratégia para regulamentação da Compensação Ambiental no Amazonas, vinculada aos artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC. Informou que a Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE), por meio da Promoção Nº. 198/2012-PMA/PGE, de 20/12/2012 (Processo nº. 7.132/2012-PGE – Processo nº. 035.01429.2012-SDS), se manifestou contrária à publicação do Decreto Estadual, que pretende regulamentar a compensação ambiental no Amazonas. Destacou que na Promoção Nº. 198/2012-PMA/PGE, a PGE recomenda que a SDS aguarde o julgamento dos embargos de declaração opostos a

35 Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 3.378-6/DF em trâmite no Superior Tribunal  
36 Federal (STF), e que o IPAAM continue a aplicar o Decreto Federal nº. 6.848/09 para  
37 estipular o valor da compensação ambiental dos empreendimentos e atividades com alto  
38 poder de impacto no âmbito do Estado do Amazonas. Relatou ainda que na Promoção, a  
39 PGE sugere que a SDS elabore anteprojeto de lei cuidando exclusivamente da criação da  
40 CECA. O Prof. José Adailton Alves disse que ao expor a situação a Titular da SDS, Profa.  
41 Nádia Ferreira, a mesma sugeriu que o processo fosse encaminhado a Assembleia  
42 Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). Dra. Mayara Vidal (Procuradora do IPAAM)  
43 esclareceu que o Governador é obrigado a acatar os Pareceres (Promoções) da PGE.  
44 Após longa discussão sobre o assunto, a CECA acatou a Promoção Nº. 198/2012-  
45 PMA/PGE, assim como, sua Secretaria Executiva ficou incumbida de elaborar a primeira  
46 versão da minuta do Projeto de Lei para criação da CECA, conforme modelo da Lei  
47 Estadual que criou o Conselho Estadual de Energia do Amazonas. Dando  
48 prosseguimento a reunião, o Prof. José Adailton Alves, apresentou o conteúdo do Ofício  
49 nº. 985/2012-CCAF/IBAMA, de 14/11/2012, do Comitê Compensação Ambiental Federal  
50 do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (CCAF/IBAMA),  
51 que respondeu desfavoravelmente a proposta da CECA/SDS (Ofício SDS nº. 553/2012-  
52 GS e Parecer Técnico CECA SDS Nº 001/2012) quanto à destinação e repartição dos  
53 recursos da Compensação Ambiental do Empreendimento Linha de Transmissão  
54 Oriximiná – Silves – Eng. Lechuma – Manaus, Linhão de Tucuruí Lote “c” (Processo de  
55 Compensação Ambiental nº. 02001.004856/2011-31 - IBAMA). Enfatizou que no Ofício nº.  
56 985/2012-CCAF/IBAMA, o CCAF/IBAMA: a) permaneceu com o valor de R\$ 300.000,00  
57 (trezentos mil reais) para a Área de Proteção Ambiental (APA) Nhamundá, e com o valor  
58 de R\$ 2.725.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais) para o Parque  
59 Nacional (PARNA) Anavilhanas; b) acatou a exclusão da APA Guajuma como  
60 beneficiária, já que está sendo regularizadas as pendências dessa unidade de  
61 conservação (UC) junto ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), e  
62 também a inclusão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã; e, c)  
63 Para a RDS Uatumã foram alocados o recurso de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)  
64 previsto para a APA Guajuma, e também R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)  
65 discriminado para a criação de UC e/ou elaboração de estudos para criação de UC,  
66 totalizando, dessa forma R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Sr.  
67 Francisco Pinto (Sub-Coordenador do Centro Estadual de Unidades de Conservação -  
68 CEUC), sugeriu que a SDS deve entrar na justiça e requerer que seja acatado

69 integralmente a proposta do Estado do Amazonas quanto Compensação Ambiental do  
70 Empreendimento, tendo vista que as unidades de conservação e zonas de amortecimento  
71 diretamente afetadas e impactadas pelo empreendimento não estão sendo levadas em  
72 consideração pelo CCAF/IBAMA, que está beneficiando o PARNA Anavilhanas distante a  
73 40km do empreendimento. Já a Sra. Maria Gorete Silva (Analista do IPAAM), reiterada  
74 pelo Sr. Sérgio Martins (Gerente de Projetos Especiais do IPAAM), a SDS deve acatar a  
75 decisão da CCAF/IBAMA e o CEUC providenciar os Planos de Trabalhos discriminando a  
76 aplicação dos recursos para UC estaduais destinatárias, tendo em vista que a SDS tem  
77 passivo relativo à Compensação do Gasoduto Coari-Manaus, que não contemplou as  
78 UC's Federais de Proteção Integral. Apresentadas as divergências, a CECA decidiu que o  
79 assunto, se acata a decisão do CCAF/IBAMA ou se entra na justiça, seja decidido pela  
Titular da SDS, Profa. Nádia Ferreira. Além disso, foi deliberado para a CECA encaminhar  
81 expediente a Assessoria Jurídica da SDS e a Diretoria Jurídica do IPAAM, para juntas  
82 averiguarem o amparo legal para instrução de processo na justiça, e também, se há  
83 previsão legal quanto a prazo ou definição de momento para as instituições  
84 demonstrarem interesse em se manifestar nos processos relativos à destinação e  
85 repartição da compensação ambiental. O Prof. José Adailton Alves, apresentou a lista dos  
86 08 (oito) processos de compensação ambientais dos empreendimentos de significativo  
87 impacto ambiental encaminhados ao IPAAM: (1º) Gasoduto Juruá – Urucu, processo Nº.  
88 035.00293.2012/SDS e Licença de Instalação Nº. 181/09 – IPAAM com condicionante Nº.  
89 22; (2º) Usina Termelétrica (UTE) de Tefé, Processo Nº. 035.00562.2012/SDS, Licença  
90 de Instalação Nº. 200/11 – IPAAM e condicionante Nº. 15; (3º) UTE de Codajás II,  
91 processo Nº. 035.01077.2012/SDS e Licença de Instalação Nº. 115/11 – IPAAM com  
92 condicionante Nº. 16; (4º) UTE de Anamã II, processo Nº. 035.01075.2012/SDS com  
93 Licença de Instalação Nº. 142/11 – IPAAM e condicionante Nº. 15; (5º) UTE de  
94 Caapiranga II com processo Nº. 035.01078.2012/SDS e Licença de Instalação Nº. 143/11  
95 – IPAAM com condicionante Nº. 15; (6º) UTE de Anori II, Processo Nº.  
96 035.01076.2012/SDS e Licença de Instalação Nº. 144/11 – IPAAM com condicionante Nº.  
97 15; (7º) Ponte sobre o Rio Negro com o processo de Compensação Ambiental Nº.  
98 035.00909.2012/SDS e Licença de Instalação Nº. 198/08 -1ª alteração – IPAAM nesta  
99 verificou-se que não consta na referida licença a condicionante de Compensação  
100 Ambiental; e, (8º) PROSAMIM III – Igarapé São Raimundo, Processo Nº.  
101 035.01074.2012/SDS com Licença de Instalação Nº. 074/12 – IPAAM e nesta verificou-se

que não consta a condicionante de Compensação Ambiental. De acordo com o Sr. Sérgio Martins os resultados das análises dos processos serão apresentados na próxima reunião da CECA. Quanto ao último ponto de pauta, o Sr. João Rodrigo Leitão, Secretário Executivo da CECA, expõe a necessidade da atualização da Portaria de Nomeação dos membros do Colegiado da Câmara, e também, da inclusão de mais um representante do CEUC. A CECA deliberou que será encaminhando expediente para os órgãos indicarem seus representantes e acatou a inclusão de mais um membro do CEUC. Eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da Reunião, após aprovada lavrei e assinei a presente ATA, que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas dos membros do colegiado da CECA presentes na reunião.

  
**João Rodrigo Leitão dos Reis**  
Secretário da Reunião



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**17ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO  
AMBIENTAL – CECA  
LISTA DE PRESENÇA**

**Data:** 04 / 02 / 2013 (Segunda-Feira);  
**Horário:** 14:00 às 17h00;  
**Local:** Sala de Treinamento do IPAAM.

**ASSINATURA**

**1 – Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável - SDS:**

| N. | Técnico                         | Assinatura |
|----|---------------------------------|------------|
| 01 | Nádia Cristina d'Ávila Ferreira |            |
| 02 | Kamila Botelho do Amaral        |            |

**2 - Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC/SDS:**

| N. | Técnico   | M | Assinatura |
|----|---|---|------------|
| 01 | Therezinha de Jesus Pinto Fraxe                 | T |            |
| 02 | Francisco Pinto dos Santos<br>Christina Fischer | S |            |

**3 – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM:**

| N. | Técnico                         | M | Assinatura |
|----|---------------------------------|---|------------|
| 01 | Maria Gorete Mello da Silva     | T |            |
| 02 | A designar.                     | S |            |
| 03 | Sérgio Martins D'Oliveira       | T |            |
| 04 | Gerson Oliveira da Silva        | S |            |
| 05 | Fábio Rodrigues Marques         | T |            |
| 06 | Marcelo Augusto dos S. Pinheiro | S |            |

| Nº. | Setor do IPAAM         | Técnico                       | Assinatura |
|-----|------------------------|-------------------------------|------------|
| 1   | Diretor-<br>Presidente | Antônio Ademir Stroski        |            |
| 2   | Técnicos               | Mayara Vidal                  |            |
| 3   | Convidados             | José Carlos Monteiro de Souza |            |



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

#### 4 – Secretaria Ex. Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais – SEACA

| N. | Técnico                      | M | Assinatura |
|----|------------------------------|---|------------|
| 01 | José Adailton Alves          | T | AL-11. AL  |
| 02 | Assunção Pereira de Oliveira | S |            |
| 03 | João Rodrigo Leitão dos Reis | T | João       |
| 04 | A designar.                  | S |            |

Legenda: M = Membros. T = Titular. S = Suplente.

#### 5 – PARTICIPANTES CONVIDADOS:

| N. | Nome | Instituição | Assinatura | Fone | E-mail |
|----|------|-------------|------------|------|--------|
| 01 |      |             |            |      |        |
| 02 |      |             |            |      |        |
| 03 |      |             |            |      |        |
| 04 |      |             |            |      |        |
| 05 |      |             |            |      |        |